

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/12017	16798/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DACOA - DEPARTAMENTO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Proposta:

Após análise jurídica concertada e na sequência do ponto anterior – Ratificação do Protocolo de Cooperação - Adesão do Município de Viana do Castelo à Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano, submete-se à consideração a proposta de **Modificação dos Estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos Quadrilátero Urbano**, que passa a designar-se por **Associação de Municípios de Fins Específicos - Pentágono Urbano**, nos termos da alínea u), do nº 1. Do artigo 25º e do nº 3, artigo 109º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para aprovação da Câmara Municipal e ulterior aprovação da Assembleia Municipal

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS – PENTÁGONO URBANO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Natureza, composição, designação e sede

- 1- A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS– PENTÁGONO URBANO, que adota a abreviatura de PENTÁGONO URBANO, é uma Pessoa Coletiva Pública, de natureza associativa e âmbito territorial que visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram.
- 2- Tem por associados os Municípios fundadores de Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão, e o Município de Viana do Castelo.
- 3- Tem a sede na Rua do Carmo, 27-33, 4700-309, Braga, com a possibilidade da sua deslocação para qualquer uma das outras cidades, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo.
- 4- O local de trabalho dos serviços de Apoio Técnico e Administrativo da PENTÁGONO URBANO situar-se-á na sede do Município que anualmente presida ao Conselho Executivo.

Artigo 2.º

Fins

- 1- A PENTÁGONO URBANO tem como fim principal a implementação de programas que desenvolvam a competitividade, a inovação e a internacionalização da rede urbana através da:
 - a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental dos territórios urbanos abrangidos;
 - b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
 - c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;
 - d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.
- 2- Mediante deliberação da Assembleia Geral, e sob proposta do Conselho Executivo, poderá assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da Administração Central, em diversos domínios, nomeadamente: redes de banda larga e sociedade_digital, mobilidade, desenvolvimento urbano, cultura, economia criativa, qualificação de nível superior, investigação, desenvolvimento económico e internacionalização.

3- Cabe

igualmente à PENTÁGONO URBANO designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas e entidades empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

ARTIGO 3.º

Duração

A PENTÁGONO URBANO é constituída por tempo indeterminado.

Artigo 4.º

Direitos dos Municípios

Constituem direitos dos municípios associados:

- a) Auferir dos benefícios da atividade da PENTÁGONO URBANO;
- b) Apresentar propostas e sugestões consideradas úteis ou necessárias à realização dos objetivos estatutários;
- c) Participar nos órgãos;
- d) Exercer os demais poderes e faculdades previstos na lei, nos estatutos e nos regulamentos internos da associação.

ARTIGO 5.º

Deveres dos Municípios

Constituem deveres dos municípios associados:

- a) Prestar a colaboração necessária para a realização das suas atividades;
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais regulamentares respeitantes à PENTÁGONO URBANO, bem como os estatutos e as deliberações dos órgãos da mesma;
- c) Efetuar as contribuições financeiras, nos termos estabelecidos na lei e nos presentes estatutos.

CAPÍTULO II

Organização e competências

Secção I

Disposições gerais

ARTIGO 6.º

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

1 - A PENTÁGONO URBANO é constituída pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia-Geral;
- b) Conselho Executivo
- c) Conselho Fiscal

2 - Junto do Conselho Executivo funcionará o Comité de Orientação Estratégica.

ARTIGO 7.º

Mandato

1 - Os membros dos órgãos da PENTÁGONO URBANO são pessoas de reconhecida competência nomeados pelos órgãos legalmente competentes para a respetiva nomeação.

2 – No caso dos eleitos locais, a qualidade de membro dos órgãos da PENTÁGONO URBANO é indissociável da qualidade de membro dos órgãos municipais.

3 - O mandato dos membros dos órgãos da associação tem a duração do mandato municipal, determinando a perda, a cessação, a renúncia ou a suspensão daquele mandato no órgão municipal respetivo o mesmo efeito no mandato detido nos órgãos da PENTÁGONO URBANO.

ARTIGO 8.º

Continuidade do Mandato

Os titulares dos órgãos da PENTÁGONO URBANO servem pelo período do mandato e mantêm-se em funções até serem legalmente substituídos.

ARTIGO 9.º

Requisitos das deliberações

1 - As deliberações dos órgãos são tomadas à pluralidade dos votos, estando presente a maioria legal dos seus membros, exceto as deliberações de alteração dos Estatutos, para as quais é necessária uma maioria qualificada, nos termos do preceituado no artigo 38.º destes estatutos.

2 - Em caso de empate o Presidente do órgão tem voto de qualidade.

3 - As votações assumem, por norma, a forma nominal, salvo quando se realizam eleições ou estejam em causa juízos de valor sobre pessoas, casos em que a votação é obrigatoriamente feita por escrutínio secreto.

4 - Compete ao Presidente decidir sobre a forma de votação, podendo qualquer membro propor que a mesma se faça por escrutínio secreto.

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

deliberações dos órgãos estão sujeitas às regras de publicitação das deliberações dos órgãos municipais.

ARTIGO 10.º

Deliberações

As deliberações dos órgãos vinculam os Municípios integrantes, não carecendo de ratificação dos órgãos respetivos, desde que a competência para tal esteja estatutária ou legalmente prevista.

ARTIGO 11.º

Atas

1 - De tudo o que ocorrer nas reuniões será lavrada ata que contenha um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a hora, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto da ata ter sido lida e aprovada.

2 - As atas ou textos das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, desde que tal seja decidido pela maioria dos membros presentes, caso em que a sua assinatura será efetuada no final da reunião.

SECÇÃO II

Da Assembleia-Geral

ARTIGO 12.º

Natureza e Composição

1 – A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo da PENTÁGONO URBANO.

2 - A Assembleia Geral é constituída por dois representantes de cada Município, a nomear nos termos legalmente previstos no regime jurídico das autarquias locais.

ARTIGO 13.º

Mesa

1 - Os trabalhos da Assembleia-Geral são dirigidos por uma Mesa, constituída pelo Presidente e dois vogais, sendo um Secretário, a eleger pela Assembleia, por voto secreto, de entre os seus membros.

2 - O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º Vogal.

3 - Na ausência de todos os membros da Mesa, o órgão elege uma mesa *ad hoc* para presidir aos trabalhos.

4 - Enquanto

não for eleita a Mesa, esta será integrada pelos três eleitos mais velhos, de entre os presentes, que assumirão os cargos referidos no n.º 1 por ordem, respetivamente, decrescente de idade.

ARTIGO 14.º

Reuniões da Assembleia-Geral

1 - A Assembleia-Geral terá, anualmente, três reuniões ordinárias, sendo a primeira destinada à apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior e a última, que decorrerá em novembro, destinada à aprovação das opções do plano e do orçamento para o ano seguinte.

2 – O órgão pode ainda reunir, extraordinariamente, por iniciativa da respetiva Mesa ou quando requerido:

- a) Pelo Presidente do Conselho Executivo, em execução de deliberação deste;
- b) Por um terço dos seus membros.

ARTIGO 15.º

Competências da Assembleia-Geral

São competências da Assembleia-Geral:

- a) Eleger a Mesa;
- b) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, as opções do plano e a proposta de orçamento e as suas revisões, bem como apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, apreciar e votar os documentos de prestação de contas;
- c) Aprovar, sob proposta do Conselho Executivo, o mapa de pessoal da Associação PENTÁGONO URBANO;
- d) Acompanhar e fiscalizar a atividade do Conselho Executivo, devendo ser apreciada, em cada reunião ordinária, uma informação escrita sobre a atividade da associação, bem como da sua situação financeira;
- e) Acompanhar a atividade da PENTÁGONO URBANO e os respetivos resultados bem como os das pessoas coletivas em que esta tenha participação social;
- f) Aprovar a celebração de protocolos relativos a transferências de atribuições ou tarefas;
- g) Autorizar a PENTÁGONO URBANO, sob proposta do Conselho Executivo, a associar-se com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, a criar ou participar noutras pessoas coletivas;
- h) Aprovar o seu Regimento e os Regulamentos, designadamente de Organização e Funcionamento;

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

i) **Aprovar**

ou autorizar, sob proposta do Conselho Executivo, a contratação de empréstimos nos termos da lei;

j) **Deliberar**, sob proposta do Conselho Executivo, sobre a forma de imputação aos Municípios associados das despesas com pessoal;

k) **Fixar** anualmente as contribuições dos Municípios que integram a PENTÁGONO URBANO;

l) **Aprovar** os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;

m) **Aprovar** e alterar os Estatutos;

n) **Deliberar** sobre a adesão à Quadrilátero de novos associados

n) **Pronunciar-se** e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução dos interesses próprios da PENTÁGONO URBANO;

p) **Exercer** os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelo Regimento ou pela Assembleia.

ARTIGO 16.º

Competências do Presidente da Assembleia-Geral

São competências do Presidente da Assembleia-Geral:

a) **Dirigir** os trabalhos da Assembleia;

b) **Convocar** as reuniões ordinárias e extraordinárias;

c) **Elaborar** a ordem do dia das reuniões e proceder à sua distribuição;

d) **Abrir** e encerrar os trabalhos das reuniões;

e) **Proceder** à marcação e justificação de faltas dos Membros da Assembleia;

f) **Exercer** os demais poderes que lhe sejam conferidos por Lei, pelos Estatutos, pelo Regimento ou pela Assembleia.

Secção III

Do Conselho Executivo

ARTIGO 17.º

Natureza e composição

1 - O Conselho Executivo é o órgão de direção da PENTÁGONO URBANO constituído pelos presidentes dos órgãos executivos dos Municípios associados e pelo Administrador Delegado.

2 – A presidência é exercida de forma rotativa por períodos de um ano entre os Presidentes dos órgãos executivos dos Municípios, iniciando-se no de Vila Nova de

Famalicão,

seguindo-se o de Braga, de Barcelos, de Guimarães, de Viana do Castelo, e assim sucessivamente.

3 – Supletivamente, preside ao órgão o Presidente do Executivo do Município com maior número de eleitores, que deverá convidar, para secretariar a reunião, um dos restantes membros do Conselho.

Artigo 18.º

Administrador delegado

1 - O Conselho Executivo pode propor à Assembleia-Geral a designação de um Administrador Delegado para a gestão corrente dos assuntos da associação e a direção dos serviços delas dependentes, devendo, neste caso, ficar expressamente determinado na ata quais os poderes que lhe são conferidos.

2 - A remuneração do Administrador Delegado é fixada, mediante proposta do Conselho Executivo, pela Assembleia-Geral, de acordo com as funções exercidas.

3 - Compete ao administrador-delegado apresentar ao Conselho Executivo, nos meses de junho e dezembro, um relatório sobre o modo como decorreu a gestão dos assuntos a seu cargo.

4 - O exercício das funções de administrador-delegado não confere ao respetivo titular a qualidade de funcionário ou agente e é incompatível com o exercício de qualquer cargo político em regime de permanência.

5 - As funções de administrador-delegado cessam a qualquer momento por deliberação do Conselho Executivo.

6 – O Administrador Delegado tem assento nas reuniões do Conselho Executivo, do Conselho Estratégico e da Assembleia-Geral, sem direito de voto.

ARTIGO 19.º

Competências do Conselho Executivo

1 - Compete ao órgão, no âmbito da organização e funcionamento:

- a) Assegurar o cumprimento das deliberações da Assembleia-Geral;
- b) Dirigir os serviços técnicos e administrativos;
- c) Propor à Assembleia-Geral o regulamento de organização e de funcionamento dos serviços;
- d) Designar os representantes da PENTÁGONO URBANO em quaisquer entidades ou órgãos previstos na Lei ou para que seja convidada a fazer-se representar;
- e) Executar as opções do plano e o orçamento, bem como aprovar as suas alterações;
- f) Apresentar à Assembleia-Geral o pedido de autorização de contratação de empréstimo devidamente instruído;

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadriângulo”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

g) Propor à

Assembleia-Geral as propostas de associação com outras entidades públicas, privadas ou do sector social e cooperativo, a criação ou participação noutras pessoas coletivas;

h) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por Lei, pelos Estatutos ou por deliberação da Assembleia-Geral;

i) Proceder à abertura de procedimentos pré-contratuais de empreitada de obra pública, locação e aquisição de bens móveis e de serviços, bem como a respetiva adjudicação, salvo em matéria de compromissos plurianuais em que deve colher autorização da Assembleia Geral.

2 - Compete ao Conselho Executivo, no âmbito do planeamento e do desenvolvimento:

a) Elaborar e submeter à aprovação da Assembleia-Geral as opções do plano, a proposta de orçamento e as respetivas revisões;

b) Elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e, ainda, os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia-Geral;

c) Propor ao Governo os planos, os projetos e os programas de investimento e desenvolvimento de alcance supramunicipal;

d) Participar na gestão de programas de desenvolvimento urbano e apresentar candidaturas a financiamentos, através de programas, projetos e demais iniciativas;

e) Apresentar programas de modernização administrativa;

f) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos ou impostos por lei ou por deliberação da Assembleia-Geral.

3 - Compete ao Conselho Executivo, no âmbito consultivo, emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelo Governo relativamente a instrumentos ou investimentos, da responsabilidade de organismos da administração central, com impacte supramunicipal.

ARTIGO 20.º

Competências do Presidente do Conselho Executivo

1 - Compete ao Presidente:

a) Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias e dirigir os respetivos trabalhos;

b) Executar as deliberações do Conselho e coordenar a respetiva atividade;

c) Autorizar a realização de despesas orçamentadas até ao limite estipulado por lei ou por delegação do Conselho Executivo;

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadriângulo”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Determinar a abertura de procedimentos pré-contratuais de empreitada de obra pública, aquisição de bens móveis ou de serviços, dentro dos limites fixados por deliberação do órgão, podendo adjudicar em casos de ajuste direto;

e) Exercer as competências em sede de contratação pública e despesa que lhe venham a ser delegadas pelo órgão, exceto a de adjudicação de montante superior ao do ajuste direto;

f) Autorizar o pagamento de despesas realizadas, nos termos da lei;

g) Assinar e visar a correspondência do Conselho com destino a quaisquer entidades ou Organismos Públicos;

h) Representar a PENTÁGONO URBANO, o qual será em juízo ou fora dele;

i) Remeter ao Tribunal de Contas os documentos que eventualmente careçam da respetiva apreciação;

j) Exercer os demais poderes estabelecidos por lei ou por deliberação do Conselho Executivo.

2 - O Presidente do Conselho Executivo pode delegar ou subdelegar as suas competências no Administrador Delegado, exceto as de adjudicação.

3 - A todos os membros do Conselho Executivo compete coadjuvar o Presidente na sua ação.

ARTIGO 21.º

Reuniões do Conselho Executivo

1 - O Conselho Executivo terá, pelo menos, uma reunião ordinária mensal e as extraordinárias que o Presidente convoque, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, um terço dos seus membros.

2 - A reunião extraordinária é marcada com, pelo menos, dois dias úteis de antecedência, por meio de comunicação escrita dirigida aos Membros do órgão.

3 - As reuniões poderão ter lugar na sede do município que preside ao Conselho.

4 - As reuniões, por deliberação do Conselho Executivo, poderão ser acompanhadas pelos membros do Comité de Orientação Estratégica.

Secção IV

Do Conselho Fiscal

Artigo 22.º

Natureza e composição

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da PENTÁGONO URBANO e é constituído por um Presidente e dois vogais efetivos os quais, pela natureza das funções, terão preferencialmente habilitações

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

académicas e

profissionais adequadas, sendo os mesmos nomeados pelo órgão deliberativo que compõe a PENTÁGONO URBANO.

Artigo 23.º

Competências

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Dar parecer sobre os projetos de orçamento e das suas revisões, bem como sobre o relatório de contas;
- b) Fiscalizar os atos dos órgãos e serviços da PENTÁGONO URBANO, nos domínios financeiros e patrimonial;
- c) Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem apresentados pelo Conselho Executivo.

Artigo 24.º

Reuniões

1 – O Conselho Fiscal terá uma reunião ordinária anual e extraordinárias quantas as consideradas necessárias.

2 – As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, por sua iniciativa, a requerimento da maioria dos seus titulares ou do Conselho Executivo.

Secção V

Do Comité de Orientação Estratégica

ARTIGO 25.º

Natureza e composição

1 – O Comité de Orientação Estratégica tem função consultiva em matéria de planeamento, programação e de dinamização de projetos.

2 – Têm assento no órgão Instituições de excelência académica, científica, tecnológica, empresarial e social.

3 – A todo o momento podem ser convidadas novas entidades.

4 - O COE será convocado em função das necessidades dos assuntos a debater e a auscultar, e será a cada sessão constituído por representantes de instituições locais e regionais com competências ou com intervenção estatutária na(s) área(s) a discutir.

5 - Para efeitos

do estabelecido no número anterior, os membros do Comité de Orientação Estratégica serão notificados com a antecedência mínima de cinco dias pelo Presidente do Conselho Executivo.

6 – O Presidente do Conselho Executivo convidará igualmente para relator especial da sessão temática um elemento entre as entidades que compõem o Comité de Orientação Estratégica.

CAPÍTULO III

Estrutura e funcionamento

ARTIGO 26.º

Serviços de Apoio Técnico e Administrativo

1 - A PENTÁGONO URBANO é dotada de Serviços de Apoio Técnico e Administrativo, vocacionados para recolher e sistematizar a informação e para elaborar os estudos necessários à preparação das decisões ou deliberações.

2 - A natureza, a estrutura e o funcionamento dos serviços previstos no número anterior são definidos em regulamento aprovado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

ARTIGO 27.º

Regime de pessoal

A PENTÁGONO URBANO dispõe de um mapa de pessoal próprio, aprovado pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

CAPÍTULO IV

Da gestão financeira e orçamental

ARTIGO 28.º

Ano económico

O ano económico corresponde ao ano civil.

ARTIGO 29.º

Regime de contabilidade

A contabilidade da PENTÁGONO URBANO rege-se pelas regras que estejam em vigor para a Administração Local, em matéria de Contabilidade Pública.

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

ARTIGO 30.º

Opções do Plano e Orçamento

- 1 - As opções do plano e o orçamento da PENTÁGONO URBANO são elaborados pelo Conselho Executivo e submetidos à aprovação da Assembleia Geral.
- 2 - As opções do plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho Executivo às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a sua aprovação.

ARTIGO 31.º

Documentos de prestação de contas

- 1 - O Conselho Executivo elabora os documentos de prestação de contas, com referência a 31 de dezembro de cada ano, e apresenta à Assembleia Geral, no decurso do mês de março do ano seguinte, devendo esta deliberar sobre eles no prazo de trinta dias a contar da data da sua receção.
- 2 - No relatório de gestão, o Conselho Executivo expõe e justifica a ação desenvolvida, demonstra a regularidade orçamental da efetivação das despesas, discrimina os financiamentos obtidos através do mapa de origem e aplicação de fundos e presta todos os esclarecimentos necessários à interpretação das contas apresentadas.

ARTIGO 32.º

Auditoria externa das contas

As contas anuais da PENTÁGONO URBANO, quando detentora de participações de capital social em fundações ou entidades do sector empresarial local, são verificadas por um auditor externo, designado pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

ARTIGO 33.º

Apreciação e julgamento das contas

- 1 - As contas da PENTÁGONO URBANO estão sujeitas a apreciação e julgamento pelo Tribunal de Contas, nos termos da respetiva lei de organização e processo.
- 2 - Para efeitos do número anterior, devem as mesmas ser enviadas pelo Conselho Executivo ao Tribunal de Contas, dentro dos prazos estabelecidos para as Autarquias Locais.
- 3 - As contas são, ainda, enviadas às Assembleias Municipais dos Municípios associados, para conhecimento destas, no prazo de um mês após a deliberação de apreciação e votação pela Assembleia Intermunicipal.

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

Património e finanças

- 1 - A PENTÁGONO URBANO tem património e finanças próprios.
- 2 - O património da PENTÁGONO URBANO é constituído pelos bens e direitos para ela transferidos ou adquiridos a qualquer título.
- 3 - Os bens transferidos pelos Municípios para a PENTÁGONO URBANO são objeto de inventário, a constar de ata de acordo mútuo, subscrita pelas partes interessadas, com menção das atividades a que ficam afetos.
- 4 - Os bens e direitos afetos pelos Municípios associados à PENTÁGONO URBANO são transferidos a título gratuito e ficam isentos, por parte dos Municípios, de encargos de qualquer natureza.
- 5 - São receitas da PENTÁGONO URBANO:
 - a) O produto das contribuições dos Municípios associados;
 - b) As transferências dos Municípios, no caso de competências delegadas por estes;
 - c) As transferências resultantes de contratualização com a Administração Central e outras entidades públicas ou privadas;
 - d) Os montantes de cofinanciamentos comunitários que lhe sejam atribuídos;
 - e) As dotações, subsídios ou participações de que venha a beneficiar;
 - f) Os preços relativos a serviços prestados e bens fornecidos;
 - g) O rendimento de bens próprios, o produto da sua alienação ou da atribuição de direitos sobre eles;
 - h) Quaisquer acréscimos patrimoniais, fixos ou periódicos, que a título gratuito ou oneroso, lhe sejam atribuídos por Lei, contrato ou outro ato jurídico;
 - i) O produto de empréstimos;
 - j) Quaisquer outras receitas permitidas por Lei.
- 7 - Constituem despesas da PENTÁGONO URBANO os encargos decorrentes da prossecução das atribuições que lhe estão confiadas.

ARTIGO 35.º

Contribuições financeiras

- 1 - As transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados são fixadas pela Assembleia-Geral, sob proposta do Conselho Executivo.

Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

contribuições financeiras dos Municípios associados são exigíveis a partir da aprovação do orçamento da Associação de Municípios, constituindo-se os Municípios em mora quando não seja efetuada a transferência no prazo fixado pelo Conselho Executivo.

3 – O Município que, rotativamente, presida à PENTÁGONO URBANO assumirá as despesas de suporte e logística ao serviço de apoio técnico e administrativo, nomeadamente com a disponibilização de um espaço, de comunicações, de transporte, de limpeza, entre outras que se julguem necessárias.

ARTIGO 36.º

Endividamento

1 - A PENTÁGONO URBANO pode contrair empréstimos, a curto, médio e longo prazo, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito e celebrar contratos de locação financeira, em termos idênticos ao dos municípios.

2 - Os Municípios são exclusivamente responsáveis pelo pagamento das dívidas contraídas pela Associação PENTÁGONO URBANO, apenas e só no valor correspondente, calculado por afetação real, ao investimento executado no seu Concelho, as despesas correntes de funcionamento serão imputadas a cada Município pelo princípio da paridade.

3 - A PENTÁGONO URBANO não pode contrair empréstimos a favor de qualquer dos municípios associados, nem conceder empréstimos a entidades públicas ou privadas, salvo nos casos expressamente previstos na lei.

4 - É vedado ainda à PENTÁGONO URBANO a celebração de contratos com entidades financeiras com a finalidade de consolidar dívida de curto prazo, bem como a cedência de créditos não vencidos.

ARTIGO 37.º

Cooperação financeira

A PENTÁGONO URBANO pode, também, beneficiar dos sistemas e programas específicos, legalmente previstos, de apoio financeiro aos municípios, nomeadamente no quadro de cooperação técnica e financeira entre o Estado e as Autarquias Locais.

CAPÍTULO V

Disposições finais

ARTIGO 38.º

Alterações estatutárias

1 - Os presentes

Estatutos podem ser alterados por deliberação da Assembleia-Geral, por iniciativa de um terço dos seus Membros ou por proposta do Conselho Executivo.

2 - A deliberação referida no número anterior só pode ser tomada por maioria de dois terços dos Membros presentes na reunião e a alteração aprovada pelas Assembleias Municipais de todos os Municípios que integram a PENTÁGONO URBANO.

ARTIGO 39.º

Extinção da Associação de Municípios

1 - A PENTÁGONO URBANO extingue-se por dissolução, cisão ou fusão com outra associação nos termos gerais da Lei.

2 – No caso de dissolução o património será repartido pelos seus membros na data da dissolução, mediante critério a estabelecer pela Assembleia-Geral.

ARTIGO 40.º

Regime jurídico aplicável

A PENTÁGONO URBANO rege-se pelo disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na demais legislação aplicável às pessoas coletivas públicas, bem como pelos respetivos estatutos e regulamentos internos, estando nomeadamente sujeita:

- a) Aos princípios constitucionais de direito administrativo;
- b) Aos princípios gerais da atividade administrativa;
- c) Ao Código do Procedimento Administrativo;
- d) Ao Código dos Contratos Públicos;
- e) Às leis do contencioso administrativo;
- f) À lei de organização e processo do Tribunal de Contas e ao regime de jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças;
- g) Ao regime jurídico da administração financeira e patrimonial do Estado;
- h) Ao regime jurídico das incompatibilidades e impedimentos de cargos públicos e dos trabalhadores em funções públicas, incluindo as incompatibilidades previstas nos artigos 78.º e 79.º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro;
- i) Aos princípios da publicidade, da concorrência e da não discriminação em matéria de recrutamento de pessoal e ao regime jurídico aplicável aos trabalhadores que exercem funções públicas;



Visão | Ser polo de competitividade territorial de excelência, referência como laboratório de inovação urbana e empresarial, decorrente da cooperação entre tecido empresarial, científico-tecnológico, administração local e utilizadores finais, e integrado em redes internacionais.

Missão | Dinamizar o ecossistema inovador e a marca “Quadrilátero”, captando recursos para projetos de cooperação promotores da inovação, criatividade e investigação aplicada às empresas e às cidades.

j) Ao regime

da realização das despesas públicas;

k) Ao regime da responsabilidade civil do Estado e das demais entidades públicas.